

Qualquer investigador que pretenda estudar o medievalismo vimaranense tem, forçosamente, de compulsar o vasto espólio que Alexandre Herculano fez transitar de Guimarães para Lisboa, a partir de 1854¹, algo posteriormente regulamentado, por Decreto². Apenas um pequeno núcleo, cerca de cinco dezenas de documentos, escondido aos olhos daquele historiador, viu como último destino o Arquivo da Universidade de Coimbra³, após a compra que o Estado fizera, em 1944⁴. Depois, e como acontece para qualquer assunto, haverá de contar-se com os demais arquivos do país - distritais, municipais, paroquiais e particulares - onde Guimarães pode surgir, naturalmente, a variados propósitos.

As estreitas ligações que mantinha com Braga, Porto e Lamego, por exemplo, traduzem-se na dispersão de importantes memórias pelos arquivos dessas cidades. Por fim, umas quantas vivências fragmentadas de Guimarães medieval podem chegar-nos via Londres⁵ e Simancas⁶, para referir apenas alguns exemplos conhecidos.

¹A Torre do Tombo, na sua antiga *Colecção Especial*, reúne um núcleo integrado nas *Corporações Religiosas*, sob a designação de *Colegiada de Guimarães*. Para efeitos de consulta, ficou um referente antigo: "Sala 25". Repartido entre *Documentos Régios, Eclesiásticos e Particulares* engloba uma vasta informação decorrente do quotidiano dessa Igreja. O conjunto mais numeroso queda compreendido nos classificados como *Documentos Particulares*. Cf. COSTA, Avelino de Jesus da - *Documentos da Colegiada de Guimarães*, Separata da *Revista Portuguesa de História*, vol. 3, Coimbra, 1947, p. 561 a 589; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Guia do estudante de História medieval portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1988, p. 216 (de ter em conta que o pequeno núcleo citado a p. 207 deste Guia diz respeito a Santa Maria da Oliveira de Vermoim (Famalicão) e não a Santa Maria da Oliveira de Guimarães).

²De 2 de Setembro de 1862; cf. *infra*. Segundo se anotou, transitaram para a Torre do Tombo, 4 113 documentos, a que acresce o *Chartulário de Mumadona* (vd. Livro de Mumadona. *Cartulário medieval existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, ed. FERREIRA, J. A. Pinto, vol. I, reprodução fac-similada do códice, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1973).

³Vd. COSTA, Avelino de Jesus - *op. cit.*, p. 561. Trata-se de um conjunto de 57 documentos, compreendidos entre os anos de 968 e 1842. Cf. OLIVEIRA, Manuel Alves de - "A resistência à incorporação do Arquivo da Real Colegiada de Guimarães na Torre do Tombo", *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. 23, Guimarães, 1963, p. 1 a 26.

⁴Vd. GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - "Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães", *O Archeologo Português*, vol. IX, Março a Junho nº 3 a 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 81 a 84.

⁵BAUBETA, Patrícia Anne Odber de - "Some early english sources of portuguese History", *Estudos Medievais*, n. 9, Porto, 1988, p. 201 a 210. Entre os momentos registados, a autora dá conta, na p. 206, de uns quantos nomes de vimaranenses que, em 1226, obtiveram segurança de corpos e bens, pelo salvo conduto do rei de Inglaterra: "Daminges de Guimeranz, Garsias de Wimeranz, Vincentius de Guimeranz, Bernardus de Guimeranz, Godinus de Guimeranz, Michael de Gimerans, Salvador de Guimeranz, Ingus Salvus de Gimmerand". Notícias que a referida historiadora recolheu nos *Calender of the Patent the Patent Rolls, Henry III. A.D. 1232-1247*, London, 1906.

⁶ARNAUT, Salvador Dias - "A crise nacional dos fins do século XIV. I, A sucessão de D. Fernando", *Biblos*, vol. 35, Coimbra, 1959, p. 1 a 597, dá conta de diversos momentos que muito nos interessam para a história de Guimarães. Entre eles, a eleição dos procuradores às Cortes de Torres Novas (1380), convocadas por D. Fernando, para jurarem a sucessão do reino (1380.08.05, AGS, *Patronato Real*, leg. 47, f. 48, pub. no Doc. 10, p. 326 e 327 e inserido, mais recentemente, em *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, (Ed. preparada por MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, Nuno Pizarro), vol. I, Lisboa, INIC-CEH da UNL, p. 175 e 176); depois, por ocasião de eleger procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. Beatriz com o rei de Castela (1383.07.09, AGS, *Patronato Real*, leg. 47, f. 62, pub. no Doc. 55, p. 433).

O que se ignora, mas se adivinha leva-nos a pensar na quantidade de rastos que vimaranenses devem ter deixado, e que estarão, algures, em diversos arquivos europeus, entre delegações, embaixadas, alianças, viagens e exílios⁷.

Deixando estas alongadas pesquisas, move-nos a intenção de recordar, nesta breve síntese, a importância do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta⁸, onde se encontra um riquíssimo acervo, bem longe de esgotar-se no até agora produzido, em termos de discurso historiográfico. O que permite afirmar que um minucioso percurso pelo seu interior é, via de regra, tarefa profícua.

Criado em 1931, pelo Decreto-Lei 19 952 de 27 de Julho, abriu-se ao público no Outubro de "34". À sua guarda ficou o fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, o mais rico para os medievalistas, embora o estatuto do citado arquivo tenha determinado a integração dos livros notariais, os registos paroquiais, o fundo judicial, as extintas corporações religiosas e os documentos municipais.

Desde a sua criação até aos nossos dias, ficou o esforço dos que foram dirigindo a Instituição - Alfredo Pimenta, Rodrigo Pimenta, seu irmão, Manuel Alves de Oliveira⁹, e, agora, Isabel Sousa. Integrado na rede nacional de arquivos¹⁰, tem dinamizando o interesse e a consencialização da comunidade, por meio de visitas guiadas e de exposições.

Desde "90" que se procede à microfilmagem dos documentos, acessibilizando diversos núcleos sem prejuízo para os manuscritos. Fruto de muitos esforços concorrentes, encetaram-se arranjos no espaço físico, ao mesmo tempo que se levou a cabo uma minuciosa tarefa de conservação dos documentos, procurando evitar a sua deterioração.

Era já objectivo prioritário, em 1991, o disponibilizar a informação documental à comunidade científica, através da microfilmagem e da integração da norma informática ARQBASE¹¹. De momento, procede-se a uma mais correcta reordenação do espólio existente, com novas cotas de acordo com a natureza dos fundos conservados. Facto que não acarretará qualquer dificuldade para o utilizador, dada a elaboração de uma minuciosa tabela com correspondência das cotas antigas às actuais, mantendo-se, para efeitos operatórios, a ordem seguida nos antigos índices elaborados por Rodrigo Pimenta. A par desta reorganização, vão-se recuperando alguns núcleos, até agora dispersos entre a vasta massa documental, em breve acessíveis ao leitor.

⁷Cf. a presença de vimaranenses em DAVID, Henrique - "Os portugueses nos Livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII)", *Revista da Faculdade de Letras, História*, II Série, vol. 3, Porto, FLUP, 1986, p. 51 a 75. A nível de alianças, vd. PINTO, Sérgio da Silva - "O primeiro tratado de aliança anglo português. Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372", *Scientia Iuridica*, t. II, n.º 6 Out.-Dez., 1952, p. 195 a 208.

⁸Que designámos, ao longo de todo o trabalho, por AMAP.

⁹Cf. os recentes artigos de Luís Filipe Aviz de Brito: "O Arquivo Municipal de Guimarães", publicados no *Notícias de Guimarães*, desde 06.07.90 e que se prolongaram ao longo de 1991 (13.07.90, 07.09.90, 05.10.90, 15.02.91, 19.04.91, entre outros). Deve referir-se, a propósito, que entre os Directores citados, só Alfredo Pimenta e Isabel Sousa foram objecto de nomeação pelo Governo.

¹⁰Cf. o artigo "Política Nacional de Arquivos debate-se amanhã em Guimarães", publicado em *O Primeiro de Janeiro* de 06.06.90.

¹¹Vd. *Jornal de Notícias*, de 27.01.91 (artigo de Armindo Cachada).

Há uns anos, e a propósito deste mesmo Arquivo, havíamos feito uma breve reflexão, em que recordávamos, entre outras coisas, a falta de meios técnicos e humanos para acessibilizar, em termos operatórios actuais, o seu importante espólio¹². A propósito, referia-se a inexistência de um leitor de microfílm, com fotocopiador incorporado, a necessidade de rever os inventários existentes, a triagem à documentação inserta em longos maços, o levantamento das fontes já impressas com credibilidade e a tarefa urgente de publicação dos núcleos mais importantes e em pior estado de conservação.

Anos correram e, se muitas carências se mantêm, também é justo dizer-se que muito se tem feito, como acima se referiu. Existe já um leitor de microfilmados, embora sem fotocopiador, o que dificulta, naturalmente, a reprodução documental. O esforço de racionalizar os fundos existentes, a redefinição dos espaços, a reelaboração de índices, o investimento em recursos humanos, o interesse revelado pela edilidade, entre outros indicadores, permitem augurar um melhor futuro para um dos mais importantes arquivos municipais. Bastará, para o efeito, que as entidades responsáveis pela preservação da cultura entendam o valor da informação histórica que Guimarães alberga, para que se busque um edifício adequado, se garantam meios técnicos mínimos para a valorização do seu espólio, se invista em recursos humanos especializados e se dê a esta Instituição a visibilidade a que tem direito, no quadro da Cultura Portuguesa. Benefício para a História, e benefício para um património que é da humanidade¹³.

I Núcleos arquivísticos prevalentes

I.1 Documentação da Colegiada de Santa Maria da Oliveira

Para toda a Idade Média portuguesa, as memórias conservadas para o estudo de Guimarães haverão de buscar-se, fundamentalmente, nos fundos da Colegiada de Santa Maria¹⁴. Instituição que se revelou notável na preservação do seu património documental, permitindo que se conservassem, até hoje, milhares de diplomas, entre pergaminhos avulsos, livros e uma diversidade grande de papéis. Nenhuma outra instituição vimaranese, civil ou religiosa, se conseguiu aproximar daquela, no que diz respeito à salvaguarda de memórias, entre desinteresses e incúrias. Dos concelhos do Castelo e de Guimarães, das casas de assistência, das confrarias, dos mosteiros dos arrabaldes, dos mercadores e dos mesteiros, entre muitos outros produtores de escrita organizada, quase nada se perpetuou. Algo que explica que os estudos até agora tentados sejam subsidiários, prevalentemente, das memórias que condensam de modo directo ou indirecto os interesses da referida Igreja cujos acervos, entre cópias e originais, se conservam, na sua esmagadora maioria, nos Arquivos Nacional da Torre do Tombo e no Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães, como se referiu.

¹²FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Retalhos de uma memória, um projecto de futuro*. Separata de *Boletim Histórico de Guimarães*, Guimarães, AMAP, 1993, p. 7 a 14.

¹³Cf. a importante reflexão de MATTOSO, José - *O futuro dos arquivos em Portugal*, Separata de *Cadernos BAD* (2), 1992, p. 7 a 19.

¹⁴No momento, encontra-se já disponível um novo índice, elaborado pelo Arquivo, com importantes informações: *Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (Fundo da)*, Guimarães, 1999. Como se tinha feito referência, trata-se de um esforço notável, permitindo aos investigadores, com facilidade, inteirar-se do espólio existente, de acordo com a designação que figura nos índices mais antigos, as datas, a cota de origem, a cota actual e, sempre que possível, a indicação do que se encontra já publicado.

Relativamente a este último, o investigador que compulsar o vasto fundo da Colegiada encontra informes do maior interesse para o estudo da gestão e exploração do património do cabido, uma das fontes mais importantes para o conhecimento de uma dada realidade sociológica de então, pelas notícias que aportam dos restantes intervenientes contratuais. E abertas as portas do património capitular, abrem-se as portas da cidade, dos arrabaldas e do extenso mundo rural que compunha um vasto termo concelhio. Abrem-se, outrossim, as portas de milhares de vidas que directa ou indirectamente se cruzaram nos investimentos e negócios da Igreja.

1.1.1 Pergaminhos da Colegiada

Entre os fundos mais ricos, e melhor conhecidos dos historiadores e investigadores locais, conta-se a colecção dos *Pergaminhos da Colegiada*¹⁵. Cerca de quatro centenas de pergaminhos, datados entre os anos de 961 e 1627, dizem respeito, na sua maioria, aos séculos XIV e XV. Quanto à sua natureza, dispersam-se entre testamentos, doações, emprazamentos, sentenças, traslados de cláusulas testamentárias, posses, obrigações, compras e vendas, entre outros. Na sua globalidade, estão bem conservados. Porque o leitor pode encontrar, publicados, longos sumários, revela-se desnecessário prolongar as considerações sobre o referido núcleo documental¹⁶.

1.1.2 Nota Antiga e Avulsos

Outro núcleo importante pode encontrar-se nos livros de *Nota Antiga*. Composto por três grandes códices de pergaminho, em que se inserem, no total, doze livros, conservam o registo dos notários de muitos dos contratos que integram o conjunto de *Documentos Particulares* da Colegiada, conservados na Torre do Tombo. O primeiro engloba três livros, com diplomas compreendidos entre os anos de 1387 e 1395¹⁷; o segundo, incluindo os livros IV a IX, reporta-se aos negócios realizados entre 1424 e 1428¹⁸; o terceiro e último conhecido, contém os livros X, XI e XII, com documentos compreendidos entre 1461 e 1466¹⁹. Nestes livros encontram-se registados vários contratos, cujos originais se encontram na Torre do Tombo. Trata-se, assim, de informação muito útil, quando a mesma não se conserva em outro local; se existe, serve, como sempre, para cotejar os dados, suprir dificuldades de leitura dos originais mais deteriorados e complementar, pontualmente, a pesquisa, pelo que se tem revelado assaz apetecido dos medievalistas que visitam este arquivo.

¹⁵Nem todos os documentos foram recolhidos para a Torre do Tombo. Escondidos, por certo, à passagem de Augusto Soromenho, ficaram 412 pergaminhos da Colegiada, parte deles duplicados dos que se encontram na Torre do Tombo. Sumariados por GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - "Catálogo dos pergaminhos (...)". *O Archeologo Português*, desde o vol. 9 (1904) ao vol. 13 (1908). Existe também, no AMAP, um índice manuscrito do Abade de Tagilde, com o resumo de 412 documentos que integram este fundo, alguns dos quais já não existem, actualmente. Não escusando a consulta dos diplomas, é um bom guia.

¹⁶Terá o leitor de percorrer vários volumes da revista *O Archeologo Português*, como se aludiu na nota anterior: Mais concretamente, sob o título "Catálogo dos pergaminhos existentes no arquivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães", onde tem ao dispor os sumários deste fundo documental: vol. IX, Março a Junho n.º 3 a 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 81 a 98; vol. X, Março a Maio n.º 3 a 5, 1905, p. 126 a 138; vol. X, Julho a Setembro n.º 3 a 9, 1905, p. 208 a 224; vol. X, Outubro a Dezembro n.º 10 a 12, 1905, p. 344 a 358; vol. XI, Jan. Abril n.º 1 a 4, 1906, p. 93 a 108; vol. XI, Maio a Agosto n.º 5 a 8, 1906, p. 219 a 229; vol. XII, Janeiro a Abril n.º 1 a 4, 1907, p. 79 a 91; vol. XII, Setembro a Dezembro n.º 9 a 12, 1907, p. 355 a 362; vol. XIII, 1909, p. 119 a 138; vol. XIII, Julho a Dezembro n.º 7 a 12, 1908, p. 193 a 299.

¹⁷AMAP - Livros I, II e III. Cota antiga: A-4.3.3; cota actual: C-926.

¹⁸AMAP - Cota antiga: A-4.3.3^A; Cota actual: C-927.

¹⁹AMAP - Cota antiga: A-4.3.3^B; cota actual: C-928.

De idêntica natureza informativa são os registos da "Nota do Pe João Fernandes", agrupados em livro com algumas folhas em pergaminho e outras em papel, onde se reúnem os contratos feitos por aquele notário, clérigo da Colegiada, entre 1482 e 1486²⁰. Por fim, e em matéria de prazos, alguns maços avulsos contêm documentação com interesse para a Idade Média, embora em número pouco significativo²¹ e com prevalência em contratos rurais: Tabuadelo, S. Miguel de Caldas e S. João de Caldas²²; Cepães, Gonça e Freitas²³; Tolões²⁴; Aldão e S. Lourenço de Riba de Selho²⁵ e, ainda, um maço relativo a prazos da mesa do prior²⁶. Entre avulsos, um maço regista transações e escambos da Colegiada, entre 1371 e 1678²⁷. As vedorias ou apegações do cabido, tão úteis para o estudo do espaço e do património, só se conservam a partir de inícios do século XVI²⁸.

1.1.3 Livros da Fazenda do Cabido

Entre fontes mais raras e também menos conhecidas, mas de invulgar riqueza informativa, contam-se os Livros da *Fazenda do Cabido*. São, para efeitos operatórios, registos de contabilidade dos cónegos de Guimarães. Pelo seu estudo se iniciou, há anos, a nossa investigação, no compulsar dos quinze *Livros da Fazenda*, cronologicamente compreendidos entre 1375²⁹ e 1520. A partir deles se trabalhou aturadamente na prossecução do mestrado³⁰, mas a natureza, volume e diversidade temática que o seu estudo veio a revelar determinaram um escasso aproveitamento das suas inesgotáveis potencialidades.

²⁰AMAP - Cota antiga: A-1.1.1; cota actual: C-928, com 47 fólhos.

²¹Ver "Prazos (Tombo dos) da Colegiada - Ruas da Vila" 1446-1830 - cota antiga: A-5.5.22; cota actual: C-1106; "Prazos da Colegiada, maço n.º 36" 1321-1828 - Cota antiga: A-5.5.4; cota actual: C-1171.

²²"Prazos da Colegiada..." 1416-1832 (AMAP - Cota antiga: A-5.3.101; cota actual: C-1103).

²³"Prazos da Colegiada..." 1431-1818 (AMAP - Cota antiga: A-5.3.97; cota actual: C-1104).

²⁴"Prazos da Colegiada ..." 1464-1850 (AMAP - Cota antiga: A-5.1.139; cota actual: C-1107); "Tolões (St.º André de) 1474-1873 (cota antiga: A-2.3.15; cota actual: C-583).

²⁵"Prazos da Colegiada..." 1468-1857 (AMAP - Cota antiga: A-5.1.145; cota actual: C-1108).

²⁶"Prazos em pergaminho..." 1493-1664 (AMAP - Cota antiga: A-4.2.54; cota actual: C-1109). Estão arrumados no armário dos pergaminhos.

²⁷AMAP - Cota antiga: A-2.3.4; cota actual: C-1498.

²⁸As vedorias mais antigas estão reunidas no livro I (1507-1555) - cota antiga: A-3.3.13; cota actual: C-1409.

²⁹Data já corrigida face à de "1376" com que havíamos operado, à data daquele estudo (1987).

³⁰Cf. o que sobre o assunto escrevemos em *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, CMG/SMS, 1989, p. 6, nota 1 e p. 76, nota 15.

Como o título sugere, os livros conservados resumem a propriedade da mesa capitular; bem como os réditos que dela advinha, anualmente, para os cônegos vimaranenses. Igrejas anexas, bens urbanos e rústicos, listas de aniversários e missas rezadas mês a mês com a respectiva proveniência dos réditos para tais officios litúrgicos, e um amontoado de despesas relativas ao ano económico em causa. Este, a exemplo do conhecido, a ritmar-se de S. João a S. João (Baptista). Embora se prolonguem até ao século XVIII, a sua estrutura sofre variações grandes, ao compasso das diversas lógicas contistas do cabido, que determinam a desmultiplicação de livros diversos. Para o investigador medievista, assume-se de interesse a "série" compreendida entre os anos referidos de 1375 e 1520, e materializada em quinze livros. A descontinuidade dos registos conservados não impede o seu aproveitamento, muito válido, essencialmente, para a segunda metade do século XV, e duas primeiras décadas de Quinhentos. Como já tivemos ocasião de referir; poderá o investigador ser iludido pela inventariação existente, já que a mesma comporta certas incorrecções ancestrais, na datação dos alguns destes róis. Pelo facto, deverá ter em conta que o primeiro, relativo ao ano económico de 1375-1376, figura como n.º 6, a que se atribui a data de 1454³¹. Trata-se do primeiro caderno de contabilidade conservado, embora a prática de registo que nele se desenvolve seja, seguramente, bem anterior: O estado de deterioração de alguns fólhos é muito grande e muitas passagens restam ilegíveis. Há cerca de catorze anos, tínhamos aproximado a sua datação ao económico de 1376/77; mais recentemente, um novo dado sugeriu-nos a correcção dessa proposta, para defender que se trata, neste caso, de um registo relativo ao ano económico de 1375/76³².

O segundo livro, correspondente ao ano económico de 1412-1413, encontra-se registado como livro n.º 3 (1450)³³ e o terceiro, do ano económico de 1417-1418, está registado como sendo o n.º 8 (1455-1456)³⁴. A conhecida confusão em torno dos trinta e oito anos da *Era de César*. Estes três primeiros cadernos apresentam uma estrutura semelhante, sendo os mais antigos que se conservaram. A sua finalidade imediata residia no controle dos percebimentos das rendas anuais, que decorriam do património capitular; tarefa por via de regra cometida ao prebendeiro. Assim, ano a ano, um cônego copiava para um livro novo os registos do anterior e, sempre que tal se lhe afigurasse convinável, modificava os itens que mereciam alteração. Actualizações que, suficientes à época, se revelam omissas, para os leitores actuais. Diríamos que a sua feitura nos evoca, a séculos de distância, uma certa parcimónia do redactor. Era frequente que o prebendeiro, ao proceder à cobrança, actualizasse certos dizeres, enquanto ia anotando umas quantas despesas feitas ao longo do ano - distribuições aos cônegos prebendados e um rol diversificado de gastos singulares, numa simbiose complexa entre o *deve* e o *haver*.

³¹AMAP - Cota antiga: A-3.2.6; cota actual: C-604.

³²Como importante auxiliar desta correcção valeu-nos um fragmento do fólho de rosto, deslocado e onde, a muito custo, se pode ler; ainda: " <.....> Xij annos e se aca[bara] <.....>". Conhecendo bem os dizeres inaugurais dos restantes livros, e atendendo a todo o anterior exame deste códice, atribuímo-lo, agora e cremos que definitivamente, ao ano económico que começara no S. João de 1375 (era de 1413) e se acabara pelo S. João do ano seguinte.

³³AMAP - Cota antiga: A-3.2.8; cota actual: C-606.

³⁴AMAP - Cota antiga: A-3.2.13; cota actual: C-611.

Para melhor se dimensionar a estrutura destas contas, deve referir-se que a receita do cabido provinha, prevalentemente, de três tipos de ingressos: arrendamentos das igrejas anexas, foros das propriedades emprazadas ou aforadas perpetuamente, e censos perpétuos instituídos sobre imóveis, a título de bens *pro anima*. A complexidade revela-se, depois, na forma como o referido património era contabilizado.

Os *grandes* títulos em que se desdobram as anotações permitem falar de uma lógica contista vocacionada numa dupla perspectiva: por um lado, um anotar tradutor de um certo respeito pelo espaço e natureza do imóvel; por outro, uma adaptação desta lógica aos fins a que se destinavam os ingressos de uns quantos títulos. A clareza não é muita e, apesar de anos de retomada leitura, ainda nos ficam muitas dúvidas sobre a filosofia subjacente a estes registos.

Resumindo, tal prática assume-se algo confusa na hora em que se pretende descodificá-la. Iniciando-se com o rol das igrejas anexas, seguem-se uns quantos prédios, urbanos e rurais³⁵. Depois, um outro conjunto de bens, cujo produto era canalizado para a satisfação das prebendas³⁶, onde se arrolam casas e moinhos. Abre-se, de seguida, um bloco bastante longo, assinado à execução dos *Aniversários*, composto por imóveis rústicos, lançados por freguesias do termo e por alguns coutos. Depois, uma série de casas anotadas ora por rua, ora sem respeito aparente pelo espaço pois, muitas vezes, não se anota, tão pouco, onde se localizam os prédios e, por fim, os réditos provenientes dos pelames.

Os registos assim prosseguem, e o esquema repete-se: uns quantos prédios urbanos ou rurais, agora separados por três destinos diferentes, ainda que a essência da finalidade dos réditos se aproxime da dos *Aniversários*: no título d'*Os Meses*, doze subtítulos: de Junho de um ano, a Maio do seguinte. Em cada item, na máxima expressão informativa, o nome do rezado, o prédio sobre o qual impendiam os custos da oração e quanto deveria cobrar-se anualmente por tais serviços litúrgicos. Uma vez, o informar do locatário ou enfiteuta actual ou anterior. A seguir, *Os Ofícios*: de novo, o nome da pessoa por quem se oficiava, o volume de prédios a tal destinados e, no fim, um breve resumo dos actos religiosos que compunham cada um dos referidos "Ofícios". Este tipo de registos termina com o título das *Presentes*, anotando-se, agora, as demais celebrações quotidianas que não figuravam nos títulos anteriores. Aqui, de Janeiro a Dezembro, redactando-se um outro rol diversificado de imóveis. A fechar, uns quantos fólhos com um emaranhado de anotações pouco aproveitáveis, entre o que, ao tempo, se foi riscando e o que, com o tempo, se deteriorou.

A seguir a este primeiro "conjunto", só voltámos a ter registos desta natureza para os anos de 1440-1441, e 1441-1442³⁷. Inventaridos como sendo os livros n.º 1 e n.º 2, respectivamente, são quase iguais, apenas registando uma ou outra alteração ocorrida de um ano para o outro. Correspondem, numa arrumação cronológica, aos livros 4 e 5, entre os conservados.

³⁵O estado de deterioração dos primeiros fólhos do livro de 1375-1376 impede apurar o destino assinado a este primeiro bloco de rendimentos.

³⁶Deve referir-se que, no caso do primeiro registo conhecido, se abre um terceiro e breve título e que cremos conjuntural, cujos ingressos se afectavam, então, aos gastos com as obras da igreja de Santa Maria da Oliveira, algo a relacionar com as destruições sofridas no espaço urbano, ao tempo do cerco de Henrique de Trastâmara, em 1369.

³⁷AMAP - Cotas antigas, respectivamente, A-3.2.6 e A-3.2.7; cotas actuais: C-604 e C-605.

Tal como irá manter-se até inícios do século XVI, podemos falar, agora, de uma nova prática contabilística, face ao anteriormente exposto. Sem se romper com toda a lógica de anotar bens e réditos, observam-se algumas alterações importantes, que tornam mais fácil a tarefa do investigador no seu aproveitamento. Assim, os bens que integram o património capitular passam a ser lançados por títulos distintos, sem obediência aos diversos destinos que se assinavam a muitos desses réditos, como se verificou nos casos anteriores. Só no final se conserva um bloco que perpetua as despesas, consoante iam consumindo as receitas. O *deve* e o *haver* tinham, a partir destes cadernos, locais apartados, embora com muito mais cautela no "haver". Os grandes títulos pelos quais se redactam os bens e conferem os percebimentos são agora nitidamente arrumados de acordo com uma clara percepção do espaço: ruas da vila, arrabaldes, freguesias do termo, e bens localizados em regiões mais alongadas, que extravasavam o concelho. Esta lógica de registo só é cortada pela titularidade apartada das Igrejas anexas à mesa capitular, que se assume com individualidade. Prática mantida, basicamente, até 1520, ainda permite observar, nestes livros da década de quarenta, um compromisso com a lógica dos primeiros róis - no final de vários itens, o apor, ao rendimento, uma nota do seu destino, como seja: "vão nas presentes", (...) "na aniversária", "no ofício de", etc... Prática que desaparece, totalmente, a partir dos livros seguintes, o que pode observar-se, então, para os anos de 1453-1454, 1454-1455 e 1455-1456. Na realidade, os sexto, sétimo e oitavo desta série. Na inventariação disponível, registados, respectivamente, como *Livros da Fazenda* 4, 5 e 7³⁸.

De idêntica estrutura conservam-se, depois, os cadernos contabilísticos para os anos de 1462-1463³⁹, 1468-1469⁴⁰, 1469-1470⁴¹, 1479-1480⁴², 1481-1482⁴³ e ainda, para a centúria seguinte, os relativos aos anos económicos de 1515-1516 e 1520-1521⁴⁴.

³⁸AMAP - Cotas antigas, respectivamente: A-3.2.9, A-3.2.10 e A-3.2.12; cotas actuais: C-607, C-608 e C-610. De notar que o livro relativo ao ano económico de 1454-1455 tem atribuída, na inventariação existente, a data de 1453-1454.

³⁹Com efeito o livro n.º 9, entre os conhecidos, e assim registado (AMAP - Cota antiga: A-3.2.14; cota actual: C-612).

⁴⁰Sendo o 10.º conhecido, está inventariado como 9-A e atribuído a 1469 (AMAP - Cota antiga: A-3.2.15; cota actual: C-613).

⁴¹O 11.º está registado como n.º 10 (AMAP - Cota antiga: A-3.2.16; cota actual: C-614).

⁴²Trata-se do 12.º, por ordem cronológica dos conservados, e registado como Livro 11 (AMAP - Cota antiga: A-3.2.17; cota actual: C-615).

⁴³O 13.º, que figura como Livro 12 (AMAP - Cota antiga - A-3.2.18; cota actual: C-616).

⁴⁴Respectivamente inventariados como Livros da Fazenda do Cabido 12A e 13 (AMAP - Cotas antigas, respectivamente: A-3.2.19 e A-3.2.20; cotas actuais: C-617 e C-618).

Pelo exposto, cremos que ressalta, de imediato, a importância deste tipo de registos, sem dúvida. Cremos que ressaltam, também, as dificuldades que levanta um manuseamento correcto destes róis: depurar as possíveis repetições, quando determinado prédio é sujeito a cargas diversas, destinadas a fins diversos, evitando contabilizar como diferente um mesmo imóvel, inflacionando os resultados, e obtendo um quadro erróneo. Depois, a necessidade de apurar a natureza da posse dos imóveis. Dito de outra forma, saber quando determinado prédio integra bens capitulares de raiz, ou quando a dita posse se consubstancia num dado rédito, em forma de censo, mas cujo direito eminente pertence a outrem. Por via de regra, para celebrações *pro anima*. Deste modo, torna-se necessário o recurso a informações oriundas de todos os processamentos contratuais compulsados, só assim se podendo resolver muitas das situações, por uma via casuística. Quando para dado prédio se conhece um contrato de empraçamento do cabido, por exemplo, podemos saber o título da posse, naquele outro registo. Mais difícil se afigura destrinçar os casos em que o cabido apenas tem direito a determinado cânone sobre um prédio: se os testamentos, doações e cláusulas testamentárias permitem verificar a quem pertencia a propriedade do imóvel, outras vezes tal é insuficiente. Como é sabido, uma das práticas frequentes neste domínio de legados traduziu-se no enumerar o destino de um prédio, até um certo limite de condições, findas as quais, se deixava a plena posse do mesmo ao cabido. Assim, um cânone que, em certo momento, decorre de uma relação censítica, pode, passado um tempo difícil de perseguir, decorrer de uma relação enfiteutic. Quando se procura apurar custos de habitação, ou compor, por exemplo, a geografia de interesses entre senhores e utilizadores do espaço, a resolução do referido problema revela-se imprescindível. Os dados tal qual se apresentam apenas permitem quantificar o volume dos réditos capitulares, em abstracto, mas já não explicar, por si, a natureza desses mesmos réditos, o que exige, à partida, descodificar o título de pagamento de cada um dos itens, em termos do Direito Comum, do Direito Canónico e dos demais textos normativos.

Entre a documentação avulsa, que se prende, de um modo ou outro, com a natureza destes registos, ou seja, com a fazenda capitular, devem compulsar-se os maços relativos ao prebendeiro⁴⁵, e os informes decorrentes de sentenças da referida fazenda⁴⁶.

1.2 Produção documental dos concelhos (Guimarães)

De volume numérico inexpressivo, ainda que muito importante pela natureza diversificada dos registos, conservou-se um pequeno núcleo de oitenta *Pergaminhos da Câmara*⁴⁷, os únicos que compõem a *documentação municipal* de interesse para os tempos mais recuados. O primeiro data de

⁴⁵Prebendeiro do Cabido - Maço n.º 37º 1436-1789 (AMAP - Cota antiga: A-2.3.20; cota actual: C-1185).

⁴⁶"Sentenças da Fazenda do Cabido", Maço 42, 42B e 42D (respectivamente, AMAP - Cotas antigas: A-3.5.10, A-3.5.11 e A-3.5.12; cotas actuais: C-1354, C-1355 e C-1356).

⁴⁷Existe no AMAP um manuscrito de 63 fólios, intitulado: Descrição de 80 Pergaminhos pertencentes á Camara Municipal de Guimarães copiados de João Lopes de Faria". Uma anotação posterior, cuja letra nos permite referir como de Manuel Alves de Oliveira (Director do AMAP entre 1975 e 1990), acrescentou, à frente de "João Lopes de Faria", falecido em 7 de Novembro de 1944". Revela-se um documento importante e muito útil, em termos de inventário. Por vezes, o seu autor copia os pergaminhos na íntegra e insere outras anotações de interesse para o investigador. Entre elas, a referência ao local onde se publicaram, quando é o caso. Esporadicamente, é a única notícia que se conservou: assim acontece com o pergaminho n. 18, cujo rasto se perdeu. Tendo-se vindo a revelar uma importante fonte para os investigadores locais e cuja formação é impeditiva de proceder à leitura paleográfica, a sua utilização deve ser conferida pela leitura dos pergaminhos, já que se verificam várias incorrecções.

1130 e o último de 1615, mas cerca de metade diz respeito ao século XIV. Trata-se de um fundo muito conhecido dos estudiosos e investigadores locais, publicado e/ou referido em diversos estudos⁴⁸. A intermitência que caracteriza o seu carácter esporádico é compensada pela singularidade de momentos registados, pelo que se devem integrar nos núcleos fundamentais. Todavia, trata-se de documentação avulsa, sem continuidade nos assuntos que evoca. Por vezes, cópia de capítulos de Cortes, cartas régias de teor diversificado, e registos do governo municipal. Globalmente, não bastam para o estudo aprofundado de qualquer uma das facetas do fenómeno concelhio, mas casos há em que são notícias únicas⁴⁹.

De recordar, neste contexto, a não existência, para a Idade Média vimaranense, de *actas de vereação*⁵⁰, dos *tombos concelhios*⁵¹, de *posturas municipais*⁵², de *livros de receita e despesa*⁵³, de contratos concelhios, e demais negócios imobiliários, bem como as tão desejadas *fontes fiscais*. Outras informações avulsas sobre a vida municipal, para além deste núcleo de pergaminhos, acabam por colher-se na produção oriunda de outros centros, como acontece com diversas notícias das instituições eclesiásticas, ou de proveniência da Corte, mas sempre de um modo assaz indirecto e filtrado pelos variados protagonistas, num jogo de interesses algo complexo e que não raro nos escapa.

A utilidade informativa de alguns diplomas que integram o citado núcleo já nos permitiu encetar algumas abordagens frutíferas, em termos de história local⁵⁴, embora muito haja para fazer. Aqui se encontram as únicas posturas municipais conhecidas, informações sobre o relego, empréstimos ao concelho, tiragem dos pelouros, entre assuntos diversos, em parte afluídos em vários estudos sobre Guimarães.

⁴⁸Citando, apenas, o caso mais expressivo, vd. ALMEIDA, Eduardo de - *Romagem dos séculos (Subsídios para a história económica de Guimarães)*, Guimarães, SMS, 1923.

⁴⁹Pode ainda aproveitar-se alguma informação avulsa em "Documentos diversos dos séculos XV e XVI" (AMAP - Cota antiga: A-6.4.52).

⁵⁰A mais antiga, data de 1531 (AMAP - Cota antiga: A-4.5.54)

⁵¹Os mais antigos que conhecemos datam de 1612 (AMAP - Cota antiga: B-23.2.4).

⁵²Com excepção de referências avulsas para a Idade Média, as mais antigas posturas compiladas datam de 1842 (AMAP - Cota antiga: B-6.4.30). Para trás, fica apenas um apontamento sobre as posturas vigentes, em 1318 (Perg., n.º 4)

⁵³O mais antigo dos que se conservam no AMAP, data de 1621 e, mesmo assim, com bastantes anos em falha, até finais do século XVII (pub. BRAGA, Alberto Vieira - *Administração seiscentista do município vimaranense*, fac-símile da ed. de 1953, Guimarães, CMG e SMS, 1992, p. 75 a 101).

⁵⁴Como se pode concluir nos artigos da nossa autoria: *Os besteiros do conto de Guimarães na centúria de Trezentos*, Separata da *Revista de Ciências Históricas*, vol. 3, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1988, p. 183 a 216 (com base no Pergaminho da Câmara, n.º 11, a cuja transcrição se procede) e *Sinais de crise nas finanças concelhias, na Guimarães fernandina: as quitações de 1371*, Separata da *Revista de Guimarães*, vol. 103, Guimarães, SMS, 1996, p. 298 a 323 (com base em 54 quitações insertas no pergaminho n.º 23).

I.3 Produção documental de outras instituições religiosas e assistenciais de Guimarães

Muito pouco se conservou da documentação produzida pelas restantes igrejas urbanas - S. Miguel do Castelo⁵⁵ e S. Tiago⁵⁶, e nada para S. Paio, bem como das ordens mendicantes - *franciscanos* e *dominicanos*⁵⁷. Desconhecemos qualquer núcleo documental oriundo destas instituições e o que nos chega é, por via de regra, veiculado por negócios que se cruzam com a Colegiada, e cuja notícia lhe interessou conservar. O mesmo acontece com as fundações de assistência: gafarias, confrarias, albergarias e hospitais. A própria informação reunida no *Tombo das Capelas*⁵⁸ está dispersa, em Guimarães, por vários núcleos correspondentes às instituições inquiridas, em 1498⁵⁹, parte por detectar. Neste contexto, é ligeira excepção um livro em pergaminho, intitulado *Estatutos Antigos (...)*, relativo à *Confraria de Nossa Senhora do Serviço*⁶⁰, um livro de foros da mesma confraria⁶¹ e alguns documentos avulsos⁶². No primeiro caso, e como o título sugere, tal deveria ter sido o inicial destino de tais anotações, mas nada ficou para além de ligeiras referências a algumas das obrigações dos confrades. Na prática, insere-se um inventário incompleto e parcialmente ilegível do seu património, a par de uma série de contratos realizados pela instituição - *prazos*, *escambos*, *vendas*, *sentenças*, *doações* e *cláusulas testamentárias*, na sua maioria para o século XV.

Um outro pequeno núcleo - sessenta e dois pergaminhos avulsos, em estado de grande deterioração - reúne documentos respeitantes à *Confraria dos Sapateiros*⁶³, onde se encontram vários emprazamentos, doações e um testamento, tudo integrante do património da citada confraria, a par de alguns avulsos⁶⁴.

⁵⁵ "Castelo (S. Miguel do) Avulsos" 1364-1821 (AMAP - Cota antiga: A-5.4.88; cota actual: C-143).

⁵⁶ S. Tiago (Capela de) Prazos" 1494-1856 (AMAP - Cota antiga: A-2.5.42; cota actual: C-119) e avulsos em "Igreja de S. Tiago de Guimarães, maço n.º 45", s/d (cota antiga: A-3.5.14; cota actual: C-584).

⁵⁷ A documentação mais antiga conservada no AMAP inicia-se a partir de 1512 (*Tomo I dos Prazos do Convento de S. Domingos* - cota antiga: B-17.3.37).

⁵⁸ TT, *Fundo Antigo*, n. 272.

⁵⁹ Como por exemplo se pode verificar para a Confraria do Serviço de Santa Maria, cuja inquirição de 1498 se insere num maço posterior (AMAP - "Serviço (Confraria de N.ª S.ª do)", cota antiga: A-4.4.90; cota actual: C-1366); o mesmo acontece com a inquirição feita à Confraria dos Sapateiros, que se encontra inserta na antiga cota A-4.4.92, agora no fundo monástico-conventual: MC 788.

⁶⁰ AMAP - Cota antiga: A-2.3.39; cota actual: C-593.

⁶¹ "Serviço (Confraria de N.ª S.ª do)" 1498/1572 (AMAP -Cota antiga: A-5.4.90; cota actual: C-1366).

⁶² "Serviço (Confraria de N.ª S.ª do)" 1428/1673 (AMAP - Cota antiga: A-5.4.89; cota actual: C-1365).

⁶³ "Confraria dos Sapateiros" (AMAP - Cota antiga: A-6.4.47; cota actual: MC-564).

⁶⁴ "Traslado de contratos, certidões... (Anjo - Confraria) de St.ª Maria dos Sapateiros" 1492-1813 (AMAP - Cota antiga: A-6.4.48; cota actual: MC-787).

Por fim, e que mereça interesse referir, contam-se os *Pergaminhos do Mosteiro do Souto*⁶⁵, e a documentação relativa ao couto de *S. Torcato*⁶⁶.

2. Núcleos dispersos da Colegiada

2.1 Maços Avulsos

Para além destes núcleos, que consideramos fundamentais, há uma quantidade enorme de maços avulsos, onde um medievalista poderá encontrar alguns documentos de interesse embora, na sua maioria, sejam compostos por diplomas relativos a séculos posteriores⁶⁷. Uma pesquisa cuidada pode, no entanto, ser portadora de algumas surpresas, como se pôde concluir, por exemplo, pela existência de fragmentos de registos da contabilidade capitular integrados em diversos destes avulsos. Sempre que tal ocorre, vai-se procedendo à reconstituição dos códices⁶⁸. Entre diplomas ainda não referenciados, dois maços contêm *Visitações* do século XV, com interesse para o estudo das contendas entre Guimarães e Braga⁶⁹; um outro relativo aos bens da Colegiada⁷⁰ a que acresce, ainda, um *Livro de Minutas do Cabido*⁷¹. Dois outros maços inserem documentação avulsa inerente à jurisdição e sentenças, quer do priorado, quer do cabido, mas com prevalência em cronologias que ultrapassam os interesses dos medievalistas⁷².

⁶⁵AMAP - Cota antiga: A-7.1.12; cota actual: MC-421. Publicados em diversos números da *Revista de Guimarães* (vols. 6, 1889 a 13, 1896) reunidos em GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - *Documentos inéditos dos séculos XII-XV relativos ao mosteiro da Salvador do Souto*, Porto, 1896; COSTA, Avelino de Jesus da - "Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto. Homenagem ao Abade de Tagilde", *Revista de Guimarães*, 64 (3-4) Jul.-Dez., Guimarães, SMS, 1954, p. 356 a 409.

⁶⁶"S. Torcato (Couto de)" 1211 (AMAP - Cota antiga: A-5.1.137; cota actual: C-739).

⁶⁷"Avulsos da Colegiada" 1217-1876 (AMAP - Cota antiga: A-5.5.48; cota actual: C-20) e "Avulsos da Colegiada" 1434-1831 (Cota antiga: A-5.4.134; cota actual: C-21).

⁶⁸Assim se verificou nos "Avulsos da Colegiada" 1451-1824 (AMAP - Cota antiga: A-2.3.19; cota actual: C-22), onde se guardava um fragmento de um *Livro da Fazenda* de 1451, 1459, 1505, 1519, e 1522, que se conservam incompletos, mas agora anuados à parte, aguardando as demais peças que faltam e que devem encontrar-se, com certeza, entre outros tantos avulsos que compõem parte do espólio da Colegiada.

⁶⁹"Visitações ..." 1459/1861 e "Visitações..." 1471-1792 (AMAP - Cotas antigas, respectivamente, A-5.2.73 e A-5.2.127; cotas actuais: C-1486 e C-1487).

⁷⁰"Inventários da Colegiada" 1476-1762 (AMAP - Cota antiga: A-5.4.123; cota actual: C-729).

⁷¹É o primeiro dos 25 existentes, contendo informações entre 1424 e 1522 (AMAP - Cota antiga: A-2.3.9; cota actual: C-806).

⁷²Respectivamente "Jurisdição do D. Priorado. Sentenças. Provisões Régias, etc." 1280-1724 (AMAP - Cota antiga: A-5.4.132; cota actual: C-747) e "Jurisdição da Colegiada" 1214-1831 (AMAP - Cota antiga: A-1.5.11; cota actual: C-746).

2.2 Diversos

Sem que nos seja possível dar conta, de um modo exaustivo, de todas as referências que podem vir a revelar-se úteis, neste rol de memórias medievais, ficam algumas indicações para uma pesquisa, entre as diversas facetas da vida da Colegiada, ainda não anotadas no breve roteiro que se apresenta.

Neste caso deve referir-se, entre outros, alguns aspectos das relações entre as Igrejas de Braga e Guimarães⁷³, um conjunto de *lembranças* não datadas⁷⁴, algumas cartas de venda, que foram sendo publicadas na *Revista de Guimarães*⁷⁵, doações à Colegiada⁷⁶ e outros negócios avulsos, todos reunidos no mesmo fundo documental⁷⁷. Entre notícias várias, para além das da própria Colegiada⁷⁸, ficam as as igrejas do termo, anexas à dita igreja, entre os séculos XII e XIX⁷⁹, as conesias⁸⁰ e retalhos das relações entre Tui, Lamego e Guimarães⁸¹. Perpetuam-se, ainda, os interesses do cabido em S. Gens de Montelongo⁸², no mosteiro de Tolões⁸³, e em outras instituições perpetuadas em tombos diversos⁸⁴.

2.3 Cópias

De acordo com as memórias do Abade de Tagilde⁸⁵, e de um manuscrito conservado no Arquivo Alfredo Pimenta⁸⁶, Alexandre Herculano terá visitado o arquivo da Colegiada em 1854,

⁷³"Entre o Cabido e Braga..." 1389-1887 (AMAP - Cota antiga: A-2.4.15; cota actual: C-108).

⁷⁴AMAP - Cotas antigas: A-2.4.15, A-2.4.16, A-2.4.17 e A-2.4.18; cotas actuais: C-108, C-109, C-110 e C-111.

⁷⁵AMAP - Cota antigas: A-7.1.12; cota actual: C-124 (1297 a 1308).

⁷⁶ "Carta de doação de Gil de Freitas ..." 1306 (AMAP - Cota antiga: A-7.1.12; cota actual: C-124). Como se pode verificar, esta doação está junta com as cartas de venda referenciadas.

⁷⁷Para além do já citado, neste núcleo C-124 (o antigo A-7.1.12) encontram-se uma carta de fiança (1324), uma carta de posse (1352), uma carta de emprazamento (1360), uma outorga (1364), uma carta de partilhas (1375) e uma composição amigável (1397). De interesse é ainda o maço n.º 19 de "Doação à Colegiada", docs. 1 a 10 s/d (Cota antiga: A-2.4.39; cota actual: C-565).

⁷⁸"Guimarães e a Colegiada, maço n.º 22" 1426/1833 (AMAP -Cota antiga: A-1.5.9; cota actual: C-718); "Guimarães e a Colegiada" s/d (Cota antiga: A-1.4.8; cota actual: C-720);

⁷⁹"Igrejas do termo ..., maço 211" 1249/1833 (AMAP - Cota antiga: A-5.5.1; cota actual: C-582).

⁸⁰"Conesias" n.º 1 a 75 - maço n.º 14A" (AMAP - Cota antiga: A-2.4.26; cota actual: C-178).

⁸¹"Lamego (A Sé de) Tui e a Colegiada", maço 1 a 20 - 1263-1828 (AMAP - Cota antiga: A-1.4.1; cota actual: C-751).

⁸²"S. Gens do Monte Longo e o cabido, maço 15" 1244-1862 e "S. Gens do Monte Longo e o cabido" 1366-1858 (AMAP - respectivamente, cotas antigas: A-1.5.7 e A-1.5.8; cotas actuais: C-704 e C-705).

⁸³"Tombo antigo de Tolões e S. Gens..." s/d (AMAP - cota antiga: A-5.3.132; cota actual: C-1390).

⁸⁴"Galinhas (Tombo das) e capões..." (AMAP - Cota antiga: A-1.5.7).

⁸⁵GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - "Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães", op. cit., 1906, p. 81 a 84.

procedendo a uma relação dos documentos existentes anteriores ao século XIV. De seguida, por interferência da Academia Real das Ciências, o Governo mandou que se procedesse ao envio destes e de outros documentos de diversos conventos, cabidos e colegiadas ao então Real Arquivo da Torre do Tombo. Seria, em princípio, apenas para deles se fazerem cópias, a fim de se dar continuidade à publicação dos monumentos históricos, de acordo com a relação feita por Herculano. Algo imposto ao D. Prior da Colegiada, D. José Francisco de Paula e Almeida e sujeito à autorização do Arcebispo de Braga⁸⁷, mas que em nada seria pacífico. No Janeiro de 1858, quando Augusto Soromenho, como delegado da referida Academia, se apresentou em Guimarães para levar os documentos que ainda não tinham ido para Lisboa, o cabido fez subir um protesto ao Governo. Este indeferiu-o e a questão arrastar-se-ia até 1862/1863. Para pior: O que a portaria de 1857 considerava uma deslocação provisória do fundo documental da Colegiada, era agora transformado numa incorporação definitiva, por decreto de 2 de Outubro de 1862. Após nova autorização do Arcebispo de Braga, em Março de 1863 o referido delegado da Academia estanciava em Guimarães, para dar cumprimento à dita retirada documental. Procedeu-se, então, ao inventário, mas não como pretendia o cabido. Ou seja, que se fizesse uma descrição pormenorizada de cada um dos documentos que ora partiam para Lisboa. Para que constasse, a data de cada um, objectivo da sua feitura, a quem se dirigia e quem o fizera.

Assim se depreende do ofício enviado pelo cabido a Augusto Soromenho, datado de 31 de Março de 1863, onde lhe remete as responsabilidades e lhe solicita que tal venha a ser feito na Torre do Tombo, com cópia ao cabido. O que não chegou a acontecer: Sorte foi ter-se procedido, em tempo anterior, à cópia de treze grandes volumes, autenticada entre 1717 e 1724, conforme a autorização régia, por alvará de 12 de Agosto de 1688. O que explica a conservação de cópias de quase toda a documentação que seguiu, no século XIX, para Lisboa. Não obstante a menor fiabilidade inerente a este tipo de 'reescrita', e de todo o cuidado que exige o seu aproveitamento⁸⁸, perpetua, por vezes, a única informação. Entre propriedades dos coutos, privilégios, testamentos e doações, compras e vendas, padroados (...) tem-se revelado muito útil para os investigadores locais⁸⁹.

⁸⁶Soromenho (Augusto) e a Colegiada. Correspondência trocada" 1857-1863 (AMAP - Cota antiga: A-2.4.20; cota actual: C-138).

⁸⁷Portaria de 11 de Setembro de 1857.

⁸⁸Não causa estranheza, para quem lida com as diversas escritas medievais, que fosse grande a dificuldade dos copistas do século XVIII em lerem, fielmente, pergaminhos e/ou papéis, não raro em franco estado de deterioração. Facto por de mais sabido, naturalmente.

⁸⁹Entre outros, "Contratos, posses e compras" (AMAP - Cota antiga: A-3.3.7A; cota actual: C-526); "Coutos do Cabido" (cota antiga: A-4.3.2; cota actual: C-539); "Doações, compras e prazos" (cota antiga: A-5.4.94; cota actual: C-175); "Padroados do Cabido", tomos 1.º e 2.º (cota antiga: A-3.3.5; cota actual: C-1094); "Privilégios de Nossa Senhora da Oliveira", tomos 1.º e 2.º (cotas antigas: A-3.4.15 e A-3.4.16; cotas actuais: C-1198 e C-1199); "Testamentos e doações...", tomos 1.º e 2.º (cotas antigas: A-3.3.6 e A-3.3.7; cotas actuais: C-1385 e C-1386) e "Privilégios das Távuas Vermelhas": cópia de 1778 (cota antiga: A-5.5.25).

Outras cópias, algumas elaboradas no século XVI e mesmo no XV, podem também ser consultadas para cotejar e/ou complementar informação. Grande parte prende-se com um assunto que muito interessava perpetuar - os privilégios que os reis foram concedendo à Colegiada⁹⁰, a par de outras memórias negociais⁹¹.

* * *

Tratando-se de uma breve resenha, muito baseada na investigação pessoal, acautela-se o leitor para as falhas em que a mesma pode incorrer. Como se referiu, a quantidade de maços avulsos, muitos dos quais não compulsámos, podem revelar-se de muito interesse, e só pesquisas minuciosas poderão, aos poucos, enriquecer o exercício actual. Por outro lado, a reorganização que está a decorrer no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta já vai permitindo agrupar, com lógica, uma série de informações dispersas. Os novos inventários já elaborados, bem como a continuidade da tarefa poderão representar uma nova fase da vida deste arquivo, dando visibilidade ao seu notável espólio, e acessibilizando aos investigadores diversos núcleos, que estão a ser reagrupados. Procede-se, também, ao levantamento de todos os documentos que se encontram publicados, o que sendo tarefa morosa se tornará de extrema utilidade. Gostaríamos de registar o mais grato reconhecimento à Directora e demais funcionários deste Arquivo que, mais uma vez, nos disponibilizaram a informação actualizada e nos permitiram compor a presente escrita.

Resta-nos terminar, na esperança de que estas linhas possam vir a ter alguma serventia e possam gerar o interesse por este notável "santuário" de memórias, da ancestral *cidade-berço*.

Braga, Março de 1999
Conceição Falcão

⁹⁰"Cartas de confirmação dos privilégios da Colegiada - cópias ..." 1526 (AMAP - Cota antiga: A-6.1.29; cota actual: C-31).

⁹¹"Composição entre o Prior e o Cabido tirado no ano de 1493 pelo Arcebispo Dom Jorge da Costa" (AMAP - Cota antiga: A-4.2.54; cota actual: C-174).